

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA BÁSICA:  
REALIDADE OU UTOPIA? REALIDADE, PARA OS PROFESSORES QUE  
ACEITAM INOVAR OS PARADIGMAS EDUCACIONAIS**

**INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE BASIC  
SCHOOL: REALITY OR UTOPIA? REALITY, TO TEACHERS WHO ACCEPT  
INNOVATE THE EDUCATIONAL PARADIGMS**

**Ladimari Toledo Hoeppler**

Graduada em Educação Especial, pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.  
Especialização em Def. Mental - UFSM, Mestrado em Educação - UFSM, Doutorado em  
Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP.  
[lahoeppler40@hotmail.com](mailto:lahoeppler40@hotmail.com)

**Resumo:** A discussão em torno a inclusão escolar não é mais novidade no meio educacional. Leis, declarações e direitos foram instituídas. Cursos de formação de professores originaram-se abordando a temática da deficiência e da inclusão, no intuito de auxiliar o professor ao entendimento de como trabalhar com as pessoas com deficiência. No entanto

compreende-se que para a inclusão ser efetivada, onde o aluno participe ativamente no grupo, não depende somente de reestruturações educacionais ou de formação de professores, mas sim, de como este aluno seja visto, aceito e recebido pelo professor. A inclusão não se concretiza a partir de normas, mas a partir do querer do professor. O *instinto, a aptidão, a qualidade, a capacidade, bem como a disposição*, são fatores que auxiliam o professor a estabelecer um novo paradigma de inclusão, onde, é possível trabalhar com as pessoas com deficiência, porque elas, como qualquer aluno apresentam limitações e capacidades.

**Palavras Chaves:** Inclusão, Educação Básica, Professores, pessoas com deficiência.

**Abstract:** The discussion around the school inclusion is no longer a novelty in the education area. Laws, declarations and rights have been instituted. Teacher training courses originated by addressing the subject of disability and inclusion, in order to assist the teacher in understanding how to work with people with disabilities. However it is understandable that for inclusion to be effected, where the student participates actively in the group, does not depend only of restructuring education or training of teachers, but rather, as this student is seen, accepted and received by the teacher. The inclusion not realized from standards, but from “the teachers wish”. The instinct, the suitability, quality, capacity, as well as the disposition, are factors that help the teacher to establish a new paradigm of inclusion, where it is possible to work with people with disabilities, because they, like any student present limitations and capabilities.

**Key words:** Inclusion, Basic Education, teachers, people with disabilities.

**R**emete-se ao termo resignificar, pois é preciso oferecer um novo significado ao papel da escola e instalar, no seu cotidiano, formas mais solidária se plurais de convivência. O professor, por meio de seu trabalho, da forma que conduz a participação e a interação entre os alunos é quem vai favorecer e estabelecer essa realidade,

dando um novo significado ao cotidiano. Entende-se que são as escolas<sup>1</sup> que têm de mudar e não os alunos, para que esses tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas. Compreende-se, ainda, que são os professores que podem e têm o poder de transformar. As escolas abrangendo um número significativo de professores comprometidos com a educação, não fazendo distinção entre alunos com deficiência ou não, vão iniciar o processo de transformação, onde o ensinar e o aprender estarão imbuídos seguindo um único caminho, o caminho do aprendizado.

A educação se mostra como elemento básico para o desenvolvimento dos seres humanos. É ela que, na trajetória de vida das pessoas, cria condições de inserção no meio social em que vivem. Tem-se a convicção de que, a partir do processo educacional de que tenham participado, esses indivíduos poderão alcançar o desenvolvimento harmônico das capacidades sociais, intelectuais, físicas, morais e afetivas, construindo, através dele, instrumentos que os capacitem a fazer parte da sociedade, agindo e interagindo com ela.

Tardif (2002) descreve que os professores permanecem arraigados aos saberes da formação profissional, à ideologia pedagógica, transmitidos aos mesmos pelas instituições no decorrer de sua formação. Os saberes disciplinares emergem a partir da tradição cultural e dos grupos sociais, correspondem aos diversos campos do conhecimento e são definidos pela instituição de ensino superior. Os saberes curriculares são os saberes que correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos apresentados sob a forma de programas escolares.

---

<sup>1</sup> O termo “escolas” abrange toda a base de profissionais da gestão e do ensino, que conduzem a educação nos estabelecimentos de ensino.

No entanto, o professor que se encontra disposto a desenvolver suas atividades dentro de um contexto inclusivo, traz os saberes experienciais, desenvolvidos individualmente, em suas funções e na prática de sua profissão, deixando de lado o que foi arraigado culturalmente, criando novas concepções no que se refere a saberes de formação profissional. À educação é atribuída a função de auxiliar decisivamente na constituição de um homem aberto, com capacidade de enfrentar novos desafios, novas demandas sociais, formando e aperfeiçoando formas de cooperar, interagir, refletir e decidir diante as situações que lhe sejam propostas. Frente essa abordagem, a inclusão torna-se possível e positiva, quando se tem professores que estejam “aptos a” e, comprometidos com novas propostas pedagógicas, desempenhando suas atividades a partir do novo, onde o ensinar e o aprender se misturam na troca, na participação, no erro e no acerto, no respeito a individualidade e no tempo do outro.

Atualmente, se a pessoa com deficiência for incluída no ensino básico, tendo a oportunidade de pensar, de criar, de aprender, encontrará elementos que lhe favoreçam o desenvolvimento, a credibilidade consigo mesmo. Tem a possibilidade de encontrar-se mais seguro, incluso, participante do meio o qual está inserido. Essa descrição não é uma utopia, é uma realidade, sendo percebida em um contexto inclusivo, em que todos são incluídos integralmente, se nesta circunstância existe um educador que apresente o desejo de recriar, de fazer a diferença. O movimento de inclusão, em consonância com o movimento de Educação para Todos, traz à tona a perspectiva da diversidade humana, que supera o ideário da igualdade universal, adquirindo uma nova ética, pautada no respeito as diferentes manifestações da humanidade, abandonando, conforme descreve Werneck (2003), o equivocado hábito de hierarquizar condições humanas, definindo quais delas tem ou não direitos, dos mais simples aos mais complexos.

Quando se refere a pessoas com deficiência, à inclusão, um pensamento vem a cabeça do educador: *Não estou preparado para isto!* Diante essa forma de pensar, se faz

---

um questionamento: Estão os educadores preparados para trabalhar com o aluno que não apresenta deficiência? Se a resposta for positiva, acredita-se que o mesmo estará preparado para trabalhar com os alunos com deficiência. A diferença diante a realidade em trabalhar com pessoas *com* ou *sem* deficiência esta segmentada no “olhar” do professor, de como percebe a deficiência. Os professores que estão arraigados no que foi socialmente instituído em relação a deficiência apresentam dificuldade em trabalhar com os mesmos; mas os professores que focam novas concepções, novos paradigmas de aprendizagem, vão estar mais disponíveis para trabalhar com as pessoas com deficiência.

Existem duas formas de participação no meio educacional, apresentar-se arraigado no que foi proposto, não alterando a forma de pensar; ou apresentar-se disposto ao novo, ao diferente, as possibilidades. A segunda opção oferece ao professor a oportunidade de introduzir-se no mundo fascinante de ensinar e aprender, onde a diversidade propõe o buscar, o inovar, oferecendo a este profissional o constante desejo de ir ao encontro da pesquisa, da investigação, fatores que promovem o avanço educacional.

Ser educador na atualidade é estar apto a trabalhar com a diversidade. Alunos, apresentando as mais diferentes realidades e experiências, vão estar inseridos no contexto educacional. Estudantes trazendo á escola problemas pessoais, emocionais e socioculturais são a realidade cotidiana. Alguns vão apresentar problemas de comportamento, outros poderão *testar* a paciência do professor, uns vão opinar o tempo todo, participando e discutindo conteúdos educacionais, outros nem tanto, alguns serão os típicos *não querem saber de nada*. Alguns alunos serão calados, não vão participar, parecendo não estarem presentes nas salas de aula. Porque seria mais fácil trabalhar com esses alunos do que com os alunos com deficiência? Porque sempre se ouvia e se ouve dizer que os alunos que não se modelam a estrutura educacional, que não se comportam sempre acabam entrando nos

eixos, ou serão expulsos da escola e, por conseguinte, porque se escutava e ainda se escuta, que alunos com deficiência devem estar inseridos nas escolas especiais, porque não aprendem. Se a resposta for um desses paradigmas (aluno com deficiência não aprende, aluno punido retorna ao contexto educacional respeitando um pouco mais), o educador deve parar e refletir.

Porque refletir? Porque o ato de refletir significa reconhecer que o processo de aprender a ensinar se prolonga durante toda a carreira do professor, realidade que favorece um conhecimento amplo, auxiliando a desconstrução do que estava arraigado, construindo novas concepções, novos paradigmas do que e do como ensinar e a quem. Conforme Zeichner (1993, p.17) “A reflexão é capaz de alterar concepções arraigadas nas práticas dos docentes”. Contudo, é preciso que o processo formativo implementado considere as características da aprendizagem do professor, enquanto adulto inserido em um contexto particular que é a escola, cuja cultura tem grande influência em seu aprendizado, com o professor vem sua história enquanto aluno, o que aprendeu, como aprendeu e como deve ensinar. Cabe destacar então a relevância de programas formativos que considerem questões cotidianas dos professores, são favoráveis, uma vez que proporcionam a possibilidade de desconstruir o velho e construir o novo, bem como, oferecer momentos de reflexão desses profissionais sobre suas práticas, aprendizagem, ensino, bem como a forma como recebem e desenvolvem suas atividades com os alunos, estes apresentando deficiências ou não.

A mais de vinte anos estuda-se, fala-se sobre a inclusão. Esta temática está presente em livros tais como: Sasaki (1997), Fávero (2008), Féliz (2009), Mrech (2009), Barros (2011), Mantoan (2015), dentre muitos outros. Também se aborda a questão em debates, simpósios, como por exemplo a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (2001).

Na maioria deles, estão relatadas as realidades estabelecidas nas escolas, as novas Leis que descrevem a Inclusão Social, as possibilidades de transformação dentro do sistema escolar, no que se refere à inclusão. Distintas abordagens são trazidas e, claro, várias pesquisas são realizadas anualmente, todas com o objetivo de elucidar a inclusão social como necessidade ímpar, favorecendo aos alunos que até então se encontram segregados.

O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, o paradigma da segregação é forte e enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados. (PERRENOUD, 2001, p.19).

No ano de (2003), Mittler expôs que o conceito de inclusão poderia ser encontrado em documentos históricos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração dos Direitos da Criança (1959), Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (1971), Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos (1975). Todas essas declarações ratificam o direito à educação de todas as pessoas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p.72), tem-se: “toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que se refere à instrução elementar fundamental”.

Nos anos 90, por exemplo, já aparecia a discussão sobre o significado da inclusão social, sobre a definição de incluir a pessoa com deficiência nas escolas regulares, esses debates estavam presentes em congressos, seminários, como também nas salas de aula dos cursos de Pedagogia e da Educação Especial. Essas discussões traziam diversas opiniões, oferecendo a futuros educadores distintas formas de processar o real significado da terminologia e de conectar-se com ela. Educadores seguem debatendo sobre o assunto.

A temática permanece em todos os congressos, simpósios ou reuniões relacionadas com a Educação. Claro que muitos avanços foram incorporados nesse interim, podendo ser visualizados através de trabalhos científicos. Contudo, ainda existem muitas pessoas com deficiência fora da escola, ou, estão dentro desta, mas sendo excluídos, segregados.

Mantoan (2015 p.13):

A escola inclusiva brasileira tem sólidas fundações, na lei, no vanguardismo dos que se dispuseram expandi-la, verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformá-la, para se adequar ao nosso tempo. Eles estão se multiplicando e surpreendendo, demonstrando a força desta ideia poderosa – que depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola comum para se adequar aos novos tempos.

Discutir, abordar, fazer referência sobre as pessoas com deficiência na escola básica, nos remete ao *ressignificar*, como descrito anteriormente. Repensar sobre a prática pedagógica, (re)avaliar o paradigma de que os alunos com deficiência devam permanecer apenas com os alunos com deficiência, em escolas especiais, esse paradigma já foi alterado, esta modificado e, o professor necessita perceber essa mudança. Resignificando esses conceitos, e apresentando o desejo de ensinar também esse aluno, o profissional vai dar-se por conta de que alunos com deficiência aprendem, se socializam, participam, se envolvem com seus parceiros. Em contrapartida, os alunos tidos como normais, aprendem com a diferença, respeitam mais, ouvem mais e vão mostrar o interesse em auxiliar o colega.

O processo de educação inclusiva deve ser compartilhado por todos: educadores, familiares, políticos e comunidade, em conjunto, para o sucesso efetivo. A nossa sociedade é formada por diversas pessoas, com diferentes crenças, culturas e valores.

---

Em virtude disso, é perfeitamente normal, no âmbito escolar, que tenhamos a diversidade. É essencial que o professor saiba lidar com o diferente, reconhecendo no estudante as suas facilidades e não as dificuldades, dando ao aluno com deficiência as mesmas responsabilidades que aos demais, a fim de construir um conhecimento único entre todos, tornando, assim, a educação igual para todos, conforme a Constituição Federal (Artigo 1º, incisos II e III e Artigo 3º, inciso IV).

É defendido no discurso atual que as escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes. No entanto, destaca-se que se o profissional não estiver apto, aberto para trabalhar com os alunos com deficiências, a proposta inclusiva não vai ocorrer, porque a inclusão inicia internamente, ela esta dentro de cada professor.

Neste artigo se oferece um olhar direcionado ao educador, pois esse profissional é o agente do processo de inclusão, é ele que vai oferecer uma experiência positiva ou não aos alunos com ou sem deficiência. O professor, no sistema de ensino, representa o poder, quem conhece, quem sabe, quem está em contato direto com os alunos com deficiência. Ele é o responsável pelo sucesso ou não dos alunos, no que se refere à aprendizagem. O professor é o profissional que pode fazer a diferença! Ele tem que se ver como a peça chave no avanço da inclusão na escola básica. Essas alterações se fazem presente quando se observam professores dispostos a trabalhar com o aluno com

deficiência, profissionais que oferecem a possibilidade ao aluno com deficiência em conhecer, inserir-se, integrar-se ao meio educacional. Compreende-se que a Política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004).

Pode-se considerar, portanto, que o sucesso da inclusão escolar vai depender, em grande medida, do trabalho pedagógico do professor, bem como da sua boa vontade e interesse e disposição em trabalhar com os alunos com deficiência, realidade que oferece ao professor condições para responder as necessidades diferenciadas de seus alunos, proporcionando situações de ensino aprendizagem satisfatória para todos. Atualmente, com a tecnologia, projetos, pesquisas, pode-se oferecer aulas mais criativas, interessantes, *coloridas*, oferecendo ao aluno, qualquer que seja ele, maior interesse em participar. A maneira como o professor desenvolve seu trabalho, o método que utiliza para decifrar o ser educador hoje, sendo mais maleável, mais flexível; a percepção que apresenta frente ao seu aluno com deficiência, a forma como transmite o ensinamento, são pontos chaves para se obter uma realidade de inclusão instituída positivamente.

Os professores estão dentro das salas de aula, são eles que desenvolvem as atividades com os alunos; são eles que apresentam aporte educacional para, aos poucos, irem realizando atividades diferenciais, as quais auxiliam os alunos a se desenvolverem social, educacional e emocionalmente. Fácil? Não é uma tarefa fácil, mas sim instigadora e possível.

O professor deve se desapegar das crenças, sair da sua zona de conforto, instituir o novo, se ver como o agente ativo no processo de ensino e aprendizagem, onde as diferenças, potencialidades e limitações estarão presentes.

---

Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos: todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagens diferentes ao processo de aprendizagem acabaremos criando desigualdades para muitos alunos. (RODRIGUES, 2006, p.305-306)

O profissional que entra em contato com a realidade escolar aceitando que vai trabalhar com a pessoa com deficiência, apresentando confiança no seu ofício docente, acreditando que pode desenvolver suas atividades de forma inclusiva e, compreendendo que esse aluno tem aptidões, que apresenta capacidades, apresenta a postura adequada para constituir um novo paradigma de inclusão entendido como *“fazer parte do grupo – apresentando vez e voz”*. Para atender a diferença na sala de aula além de flexibilizar as práticas pedagógicas, o professor necessita crer em seu aluno com deficiência, oferecendo a este a possibilidade de experimentar, manusear, participar, envolver-se.

A ideia de educação inclusiva impulsionou, nas últimas décadas, mudanças significativas na educação e orientou a transformação nos sistemas de ensino no Brasil. Os problemas históricos de garantia ao direito à educação para os estudantes com deficiência, todavia, não foram resolvidos. Ainda se necessita um apoio mais integral do professor ao querer desenvolver suas atividades com os alunos com deficiência. Mantoan (2015, p.96) aponta que: “Se necessita a homogeneidade nesta discussão, oferecendo às pessoas com deficiência a inclusão propriamente dita, onde podem encontrar se incluídos social, emocional e educacionalmente falando”.

Entende-se que a inclusão social oportuniza a pessoa com deficiência participar de forma singular no meio em que está inserida. Lembrando de que cada pessoa tem

características peculiares na forma de ser, de se comunicar, de aprender. Mantoan (1998) descreve que incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ensinando todas as crianças, indistintamente. Esta autora nos diz que a instituição escolar inclusiva tem o papel de adaptar-se ao aluno e não o oposto. E porque não dizer que, o papel da escola inclusiva é oferecer aos alunos, professores comprometidos com o ensinar, comprometidos com a heterogeneidade educacional, comprometidos com o “ fazer a diferença”, com o transformar.

Instinto, aptidão, qualidade, capacidade, disposição, esses são fatores que se atribuem a formação de professores. Ser professor, é ter o *instinto* de fazer a diferença, é ser um profissional *apto* a ultrapassar desafios, ter a *qualidade* de compreender a diversidade, apresentar a *capacidade* de refazer, de reconstruir a forma de ensinar, é apresentar *disposição* no criar, no transformar, no inovar, oferecendo aos alunos com deficiência ou não, bem como para si mesmo, o novo olhar educacional, onde alunos e professores juntos formam uma cadeia de aprendizagem, cada um respeitando o tempo do outro.

A ideia da inclusão social que se assume aqui é a de que ela se constitui em um processo intencional, fundamentado na valorização da vida e que busca a orientação das pessoas para o conhecimento de si mesmas, oferecendo-lhes condições de participação, como base para o autodomínio e para reconhecimento de si e do outro, incluindo-os de forma global no ensino básico.

Hoeppler (2007, p.33):

Falando em Inclusão Social temos Leis sendo modificadas, Políticas Educacionais sendo alteradas, conceitos mudando significados, mas a forma como se vê as pessoas com deficiência permanece estagnada, quando se refere a aprendizagem, a socialização, a inclusão.

Diante dessa referência é que se pode refletir sobre o papel do professor frente ao aluno. Compreende-se que a maneira em que o aluno com deficiência é visto, como é recebido no contexto escolar, como ele está sendo auxiliado na sala de aula é que poderá, ou não, construir-se um novo paradigma, oferecendo a este aluno a oportunidade, de constituir-se em um aluno integrante, participante ativo no meio educacional em que está inserido, desestagnando o que até então estava sendo visto. A inclusão é uma ação social, cultural, política, educacional. Está vinculada ao direito de todos os alunos permanecerem juntos sem discriminação, participando, criando, aprendendo. Segundo Mittler (2003, p.9):

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos Humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Mantoan (2015) propõe um deslocamento da visão educacional que se sente ameaçada pela inclusão para uma perspectiva que se abre para outras formas de ensinar e avaliar a aprendizagem, claro que conhecendo o potencial teórico da educação inclusiva e sua implicação no campo da mobilização social. A autora mostra a importância da análise do contexto escolar, para entender as dificuldades de atender a estudantes com deficiência, bem como, todos os demais, apontando o propósito da inclusão como objetivo primordial dos sistemas de ensino.

O aluno não necessita ter as melhores notas, ser o mais sociável, o *perfeito*, respondendo a tudo na hora em que se espera, como se espera, ou da forma como se pensa ser a melhor, mas, precisa sim, ter a oportunidade de participar e desenvolver o que tem de

melhor, precisa ser entendido na maneira como se comunica, como se comporta. Segundo Higashida<sup>2</sup> (2013, p.12) “A gente entende as perguntas de vocês, mas nós não podemos responder até que a figura do que querem se coloque clara em nossas mentes”. O que ele está nos dizendo? “*Entendemos, mas o nosso tempo é diferente, espere um pouco, não pense que não sei!*”. Higashida (2013) ainda coloca que os sentimentos que eles têm são iguais aos de qualquer um, mas, às vezes, eles não conseguem expressar por medo ou vergonha, porque podem não serem entendidos efetivamente. Diante dessa descrição, percebe-se o quanto é indispensável o professor conhecer o seu aluno, a forma como ele responde, como interage. Conhecer as suas características e possibilidades são aspectos necessários, nesse contexto. É preciso acreditar nos alunos e junto deles avançar, desmistificando as barreiras e consolidando um novo caminho.

Volta-se às questões: As pessoas com deficiência que estão na escola, estão incluídas integralmente? Estão fazendo parte do grupo como um todo? Como estão vistos por seus educadores? Por seus pares? A estas questões se devem oferecer tempo e disponibilidade, pois respondendo-as com clareza, é que o profissional vai compreender como está o processo de inclusão no contexto em que ambos estão inseridos. Aqui está a possibilidade de transformar! Estar no meio social, no meio escolar não significa estar incluído. Incluir socialmente é oferecer ao outro a certeza de que é bem-vindo, de que possui qualidades, e essas podem ser compartilhadas em grupo. Existe a necessidade de transformação da concepção de deficiência vista pelos professores.

Em uma entrevista feita com o Ministro da Educação (Revista da Educação Especial, 2008, p.6) ele nos esclarece:

---

<sup>2</sup> Adolescente autista que teve a oportunidade, a partir do auxílio da mãe e do um professor em publicar seus pensamentos e anseios. Auxiliando desta forma os profissionais e a sociedade a um melhor entendimento na forma como se sentem.

---

Não vejo razão para temores de retrocesso em relação a inclusão, muito pelo contrário, entendo que é um momento auspicioso da educação inclusiva e da equalização das oportunidades. É isso que está acontecendo neste momento. Nós temos que ter uma estratégia de construção de um novo paradigma na educação, ainda mais sólido, ainda mais consistente, ainda mais visível. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, recentemente aprovada pela ONU, demonstra o caráter irreversível desta proposta, que estabelece o compromisso dos países para assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino e adotar medidas para que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional. (HADDAD, 2008, p.6).

Sabe-se que a inclusão social é uma questão de políticas públicas, cada uma formulada e executada por decretos e leis, como também por declarações e recomendações de âmbito nacional e internacional. Mas os direitos sociais devem ser desenvolvidos e praticados pelos professores. O objetivo básico é a importância da caracterização do território como espaço de expressão da cidadania e da reconquista dos direitos sociais, onde educador e educando estão inseridos. Tem-se que pensar que para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino, bem como, no papel que o professor assume enquanto um educador de pessoas com deficiência. Compreende-se que essas mudanças deverão ser gradativas, planejadas e contínuas, para garantir uma educação de ótima qualidade.

Segundo Haddad (2008, p.5) [...] o benefício da inclusão não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado.

Os alunos devem receber o direito de expressar-se e, mais do que tudo, de serem ouvidos, compreendidos. Assim, será oferecido a eles o respeito à palavra, opinião, realidade que oferece a possibilidade de reconstruir caminhos novos, em que todos têm direito, deveres e possibilidades. Prática que constitui a inclusão social, oferecendo um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e inteligências, na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades.

Falta de tempo, de recursos materiais, de aperfeiçoamento, de apoio escolar, esses são alguns dos argumentos que se ouve com frequência, como ‘*excuse*’, para não transformar, não fazer a diferença. Determinadas vezes, parece que o professor está esquecendo o seu papel, não acreditando em seu potencial enquanto educador. Perrenoud (2001) comenta que muitas vezes o professor não acredita muito em seu trabalho, realidade esta, contribuindo à descrença no próprio papel, que assume porque quando se desempenha uma tarefa, sem que haja a certeza, a vontade, a confiança, a segurança ocorre a frustração, os fracassos, dificultando assim a proposta de inclusão, tanto ao professor quanto ao aluno, pois ambos irão se encontrar em um meio onde somente incertezas estarão instituídas.

Resistências em trabalhar com os alunos com deficiência ainda são vistas e realizadas por parte dos profissionais, realidade que se manifesta, muitas vezes, através de questionamentos, dúvidas, queixas. O problema se agrava quando vemos o professor dependente de apoio ou assessoria extras, não se dando por conta que ele poderá trabalhar com os alunos com deficiência, realidade que se consolida ou por medo ou descrença de suas possibilidades enquanto profissional.

Desempenhar as atividades educacionais com os alunos com deficiência demanda calma, criatividade, vontade. As expectativas fazem parte do processo, mas não existem soluções mágicas, de aplicações imediatas. O professor deve conhecer o aluno, seu tempo,

a forma como esse aprende, se assim o for, a decepção e a frustração, não irão existir, pois se sabe que a aprendizagem, a resposta, será questão de tempo.

Hoepler (2007, p.29) descreve que se observa, com frequência, a dificuldade dos professores, a partir de suas falas carregadas de preconceitos, estigmas, frustrações e medo.

Não sou capaz disso", "não sei por onde começar", "necessito apoio técnico", "a direção precisa nos ajudar, mas não o faz", "ficamos angustiados e sem ação frente à deficiência", "necessitamos treinamento específico", "não somos preparados para atuar com os alunos com deficiência". O professor encontra-se perdido frente o aluno com deficiência.

Os medos fazem parte no processo educacional. Angústias, incertezas irão permeiar o caminho dos profissionais. Ressalta-se mais uma vez, se o educador vê o aluno com deficiência como um integrante no grupo, como um aluno que *pode*, que tem potenciais, capaz de aprender, se o percebe como agente ativo da aprendizagem, o cenário altera-se. Com isso, passa-se a recriar a forma de ensino, transformando as realidades que se encontram no cotidiano. Desta forma, *quando o professor está disponível, quando se encontra a favor* da inclusão social, assentindo de que é possível, torna-se visível a possibilidade de ensino e aprendizagem na escola.

A escuta atenta e compreensiva do educador, no que se refere à comunicação, aos sinais corporais, às necessidades dos alunos com deficiência, facilita a construção de um contexto emocional favorável a esses discentes, fortalecendo sua autoestima. O que é positivo, no entanto, entre o professor e aluno, é “confrontar ideias”. Esses confrontos afirmam verdades dogmáticas, possibilitando ao aluno o desequilíbrio cognitivo, que segundo Piaget (1983) favorece a reflexão, as descobertas,

o desenvolvimento de capacidade no que se refere ao interpretar, ao rever, ao raciocinar, reafirmar a ideia de que o aluno vai adquirir de forma fundamentada. Assim, proporcionando ao profissional conhecer o aluno, favorecendo as atividades, a interação entre o grupo e o reconhecimento de que trabalhar com o aluno com deficiência é possível.

De acordo com Mizukami et. al. (2002), a reflexão é o elemento capaz de produzir sentidos ao longo da vida do professor promovendo os nexos entre a formação inicial, a formação continuada e as experiências vividas. Desta forma, pode-se descrever o desenvolvimento profissional como um conjunto de processos e estratégias que facilitam a reflexão dos professores sobre sua própria prática, contribuindo ao conhecimento prático e estratégico, sendo capazes de aprender com suas experiências.

Stainback (1999) aponta que a sensibilidade de transpor os papéis instituídos e estereotipados de estudante e professor facilitam a relação entre os mesmos, o que pode favorecer na contemplação da história de vida dos alunos, suas necessidades e as possibilidades de aprendizagem, o que oportuniza um maior conhecimento por parte do professor em relação ao aluno, proporcionado ao este, identificar como se estimula e apoia os estudantes na busca da superação de seus limites, realidade favorável a todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência.

O desenvolvimento desses saberes e atitudes é um processo complexo que exige uma reforma dogmática. A trajetória profissional dos professores deve alterar o caminho já delineado e criar um novo trajeto. Esses saberes e atitudes são adquiridos em capacitações e treinamentos, que resultam da articulação de condições: objetivas e subjetivas; institucionais e pessoais; políticas, culturais, cognitivas e emocionais. A partir desses pressupostos, fica evidente que os professores são os principais artífices dessa construção pessoal, cuja veia condutora é a investigação, a reflexão e a produção de conhecimento

---

sobre: suas próprias concepções epistemológicas; concepção que apresentam em relação às pessoas com deficiência; a concepção de profissional que deseja contribuir para formar; seu papel social no contexto (*micro*), da sala de aula e de cada campo científico, e (*macro*), da cultura da instituição onde atuam; seus próprios saberes e os contextos históricos em que foram constituídos em relação a pessoas com deficiência, (Bronfenbrenner, 1979).

Ter-se a investigação como princípio educativo, oferece a capacitação, a *possibilidade de*. Deixar de lado o porto seguro, a rotina, o comodismo, são fatores que favorecem a modificação do paradigma da inclusão. Que a coragem de assumir as incertezas, possa ser o caminho novo, recriando metodologias, refletindo novas ações educacionais, oportunizando descobertas, as quais, oferecerão a certeza de que vale a pena reconstruir, recomeçar, recriar e fazer.

Clarifica-se que não é uma tarefa fácil, demanda esforço, desejo, interesse, vontade em trabalhar com pessoas com deficiência. A perseverança é necessária, a coragem de desafiar tem que estar presente para poder seguir adiante. Muitas vezes o professor se sentirá frustrado, como se o seu trabalho não estivesse apresentando resultados, mas com o tempo as sementes irão brotar e a satisfação de que se constituiu a inclusão será enorme. Desta forma, acredita-se que o educador se sentirá capaz, competente e com a certeza de que pode fazer mais, construindo um novo paradigma de inclusão social, em que os preconceitos originados no passado permaneçam à margem, sendo esquecidos com o tempo. “Muitas vezes, o impossível acaba sendo apenas aquilo que não foi tentado”. (Crochik, 2013, p.21).

Pessoas com deficiência na escola básica! O que pensar a partir do artigo que está sendo descrito? O desenvolvimento profissional é um processo permanente, que permite ao professor constituir e reconstituir seus saberes frente às diferentes situações

de trabalho. Que a concepção de desenvolvimento remete a aquisição temporal e contínua, ultrapassando os limites do curso de formação inicial. Desse modo, a formação continuada, como processo de desenvolvimento profissional, tem de explorar os diversos contextos e possibilidades de aprendizagem englobando as características do conhecimento dos professores, em relação a educação como um todo. Em função disso, programas de formação continuada, voltados para o desenvolvimento profissional dos professores, devem considerar a importância da reflexão ao processo de aprendizagem do professor no que se refere a temática da inclusão. Para Garcia (1999, p.137) o desenvolvimento profissional pressupõe “uma abordagem na formação de professores que valorize o seu carácter contextual, organizacional e orientado para a mudança”. Realidade que vai favorecer o novo paradigma da inclusão, ambiente em que os alunos com deficiência estarão incluído efetivamente onde a aprendizagem, a participação e o benefício de interação entre alunos e professores, será favorável ao contexto educacional, oportunizando o crescimento pessoal, emocional e social de todos.

Educar pessoas com deficiência juntamente com seus pares em escolas comuns é necessário, não apenas para prover oportunidades de socialização e de mudar o pensamento estereotipado das pessoas sobre as limitações, mas também para ensinar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos essenciais para a vida futura dentro e fora da escola. Diferenciar o ensino é organizar as interações de modo que cada aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam mais fecundas. Implicando, pois, o desenvolvimento de caminhos diversos para que os alunos e os professores possam atingir as metas escolares.

Desta forma, fazendo referência ao que até então foi descrito, recorre-se nova-

---

mente aos termos, *instinto, aptidão, qualidade, capacidade, disposição*, pois deles faz-se a junção entre *inclusão e escola básica*, onde ensino e aprendizagem podem ocorrer de forma satisfatória, tendo neste processo professores e educandos unidos no contexto educacional, cada qual com suas capacidades, individualidades, limitações, mas todos objetivando *a possibilidade de*. Encontrando assim, a forma de refazer a educação, onde nada é estático, e o aprendizado ocorre a cada experiência, e desta uma nova, e assim por diante. Que o desejo a inovação possa motivar e instigar o professor a busca por conhecer e ensinar no mundo da diversidade. Inclusão escolar: Realidade ou utopia? Depende de cada professor!

## Referências

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. *Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº. 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

BARROS, Helena Farias de. *A ação docente no século XXI: Novos desafios*. Encontro de Pesquisa e Extensão. Colloquium Humanarum, Out. 2011.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto alegre: Artes Médicas, 1996 (Original 1979).

CROCHIK, José Leon. *Inclusão e a discriminação na educação escolar*. Editora Alínea, 2013.

*Declaração dos direitos humanos*. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

FÁVERO, Eugênia Augusta. *Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Ed. WVA, 2008.

FÉLIZ, Díaz. *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador, EDUFBA, 2009.

GARCIA, C. *A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor*. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

HIGASHIDA, Naoki. *The reason I jump*. Escor Publishers Ltda, 2013.

HOEPLER, Ladimari Toledo. *Professor da educação infantil e a criança com deficiência: mediações que se estabelecem no contexto imediato*. 2007.

INCLUSÃO: Revista de Educação Especial. Secretaria da Educação Especial (MEC). V4, N.1. Jan-Junho 2008. (Imput HADDAD)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Todas as crianças são bem-vindas à escola*. Apostila. Faculdade de Educação /Unicamp – Campinas, S.P. 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?* Terceiro volume da Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas, da Summus Editorial, 2015.

MENDES, E. G. *Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre inclusão escolar*. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. *Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MITTLER, P. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre, Artmed, 2003.

MIZUKAMI, M.G.N. et al. *Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação*. São Carlos: EdUFSCar, 2002

MRECH, Leny Magalhães. *O que é a educação inclusiva?* Revista Inclusão. V.8, número especial, 2009.

PERRENOUD, P. *La pédagogie à l'école des différences*. Paris: ESF, 1995.

PERRENOUD, P. *A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso*. 2 edição. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2001.

PIAGET, J. *A epistemologia genética. Sabedoria e ilusões da Filosofia. Problemas de psicologia genética*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Zilda Abujamra Daeir e Celia E. A. Di Piero. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RODRIGUES, D. *Dez idéias (mal) feitas sobre a educação inclusiva*. In: RODRIGUES, D (org.). *Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, pp.299- 318, 2006.

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro:

WVA, 1997.

STAINBACK, Susan. *Inclusão: um guia para educadores*. Susan Stainback e Willian Stainback; trad. Magda França Lopes - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes. 2002.

WERNECK, Cláudia. *Você é Gente? O direito de nunca ser questionado sobre seu valor humano*. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

ZEICHNER, K. M. *A formação reflexiva de professores: idéias e práticas*. Lisboa: Educa, 1993.

recebido em 26 mar. 2017 / aprovado em 05 jun. 2017

**Para referenciar este texto:**

HOEPLER, L. T. Inclusão de pessoas com deficiência na escola básica: Realidade ou utopia? Realidade, para os professores que aceitam inovar os paradigmas educacionais. *Cadernos de pós-graduação*, São Paulo, v. 16, n.1, p. 67-90, jan./jun. 2017.